

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROF. FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

GÉSSICA DOS SANTOS PIMENTEL

**TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE A
PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA E RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DOS
MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA À LUZ DA LRF**

**ARTIGO CIENTÍFICO
Trabalho de Conclusão de Curso**

**CACOAL – RO
2015**

GÉSSICA DOS SANTOS PIMENTEL

**TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE A
PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTARIA E RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DOS
MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA À LUZ DA LRF**

Artigo Científico apresentado à Fundação
Universidade Federal de Rondônia – UNIR –
Câmpus Prof. Francisco Gonçalves Quiles
como requisito para a obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora Profa. Mestre Ellen Cristina de
Matos.

Pimentel, Géssica dos Santos.

P644t Transparência na gestão pública: um estudo sobre a publicação do relatório resumido da execução orçamentária e relatório de gestão fiscal dos municípios de Rondônia à luz da LRF/ Géssica dos Santos Pimentel – Cacoal/RO: UNIR, 2015. 33 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.
Orientadora: Prof. Ma. Ellen Cristina de Matos.

1. Contabilidade pública. 2. Lei de Responsabilidade Fiscal.
3. Gestão pública. I. Matos, Ellen Cristina de. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 657:336.1

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROF. FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O Artigo Científico – TCC intitulado “Transparência na Gestão Pública: um estudo sobre a publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal dos municípios de Rondônia à luz da LRF”, elaborado pela acadêmica Gêssica dos Santos Pimentel, foi avaliado pela banca examinadora em ____ de ____ de 2015, tendo sido _____.

Prof.^a Ms. Ellen Cristina de Matos
Presidente

Prof.^a Maria Bernadete Junkes, PhD
Membro

Prof.^a Ms. Liliane Nery
Membro

Cacoal– RO
2015

Dedico este trabalho aos meus pais Jeová Pimentel e Maria Zilda pelo amor incondicional, dedicação e incentivo constante, e ao meu amado Samuel Rodrigues pelo apoio e companheirismo.

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por me capacitar para chegar ao fim do curso, a professora orientadora Ms. Ellen Cristina de Matos e demais professores que me ajudaram, orientaram e incentivaram para a realização deste trabalho.

Agradeço a minha mãe, Maria Zilda, heroína que me deu apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço. Ao meu pai Jeová Pimentel que apesar de todas as dificuldades me fortaleceu e que para mim foi muito importante. Assim como minha irmã Stefany Larissa e sobrinho Emanuel Henrique, que nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo superior, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente.

Meus agradecimentos aos amigos que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida com certeza.

TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE A PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA E RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA À LUZ DA LRF

Géssica Dos Santos Pimentel¹

RESUMO: A transparência das contas públicas é um dos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e constitui pressuposto essencial à promoção da cidadania, via participação popular. A ampliação da LRF pela Lei da Transparência trouxe novas formas de controle e fiscalização do Estado, fortalecendo o binômio: obrigações e responsabilidade; onde a Administração Pública deve prestar contas sobre a utilização dos recursos públicos para toda a sociedade. A pesquisa teve como objetivo geral da pesquisa verificar a disponibilidade dos demonstrativos Relatório Resumido da Execução Orçamentaria (RREO) e Relatório de Gestão de Fiscal (RGF), exigidos pela LRF, publicados na internet, pelos municípios com população superior a 50.000 habitantes; classifica-se como pesquisa aplicada, exploratória, descritiva e qualitativa. Foi verificado, por meio de *check-list* elaborado conforme disposições da LRF, nos *sites* oficiais de 07 (sete) municípios do Estado de Rondônia, a disponibilização dos demonstrativos contidos no RREO e no RGF e suas versões simplificadas. Os resultados demonstram que os municípios não publicaram todos os relatórios obrigatórios conforme a LRF, portanto a evolução da transparência fiscal é baixa e que é insatisfatório o número de demonstrativos disponibilizados em meio eletrônico para a consulta da população. Verificou-se ainda que alguns demonstrativos não foram encontrados e há arquivos referentes a relatórios e demonstrativos sem valores registrados, num total descumprimento da Lei. Considera - se que esses municípios estão sujeitos a sanções penais, pois a Transparência é um princípio de gestão fiscal responsável, constatando-se que o mesmo não foi cumprido na íntegra pelas gestões dos municípios pesquisados.

Palavras-chave: Lei de Responsabilidade Fiscal; Gestão Pública; Lei da Transparência; *Accountability*.

1 INTRODUÇÃO

Através da publicação da Lei Complementar nº. 101, em 04 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), propiciou-se o início da era da Gestão Fiscal Responsável na administração pública brasileira, caracterizada principalmente por mudanças no comportamento e cultura dos gestores, estabelecendo parâmetros pautados na transparência e publicidade da gestão da coisa pública (TOLENTINO *et al*, 2002).

A ampliação da Lei de Responsabilidade Fiscal pela Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência) trouxe novas formas de controle e fiscalização do Estado, fortalecendo um binômio de obrigações e responsabilidade, onde a Administração Pública deve prestar contas sobre a utilização dos recursos públicos para toda a sociedade (KEUNECKE *et al*, 2011).

¹ Acadêmica concluinte do 8º período do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, sob orientação da Profª. Ms. Ellen Cristina de Matos.

O artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) disciplina sobre a publicação em meio eletrônico das informações financeiras de cada um dos entes federados brasileiros, no intuito de permitir à sociedade o acompanhamento das ações governamentais e a Lei da Transparência teve como objetivo aprimorar a transparência das contas públicas, com o incentivo à participação popular, acrescentando dispositivos à LRF objetivando determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (GARCIA, 2011).

De acordo com Carvalho *et al.* (2014) a transparência é um dos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim a transparência assegura a divulgação da versão original e simplificada do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO e Relatório de Gestão Fiscal - RGF, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, buscando incentivar a participação popular e a realização de audiências públicas.

Considerando essa contextualização, questiona-se: Os municípios do Estado de Rondônia, com mais de 50.000 habitantes estão cumprindo os dispositivos legais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, de acordo com os princípios da transparência e da publicidade existindo de fato a disponibilidade dos relatórios sobre as contas públicas?

O objetivo geral da pesquisa foi: verificar a disponibilidade do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão de Fiscal (RGF), exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), publicados na *internet*, pelos municípios com população superior a 50.000 habitantes.

Para tanto foram traçados os seguintes objetivos específicos: identificar a aplicação das normas e princípios contábeis na prestação de contas públicas municipais, conforme preconiza a legislação; realizar um levantamento quanto a disponibilização de informações no site da Transparência, em relação aos relatórios particularizados em Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal dos municípios, a fim de verificar se estão atendendo as obrigações da LRF e identificar se os municípios possuem página na *internet* e qual o tipo de vínculo estabelecido para fins de divulgar informações aos interessados.

Através desse estudo foi possível as gestões saberem sobre as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e se estas estão sendo seguidas, identificando se os relatórios apresentam informações condizentes com a realidade das instituições. A transparência das contas públicas, bem como o cumprimento dos princípios da publicidade, constitui comportamento de responsabilidade para com todos os cidadãos.

Justificando-se também por identificar a disponibilidade dos relatórios sobre as contas públicas dos municípios com mais de 50.000 habitantes do Estado de Rondônia, contemplando os anseios do cidadão contribuinte, no que diz respeito à transparência sobre a aplicação dos recursos públicos, orientando-os ao exercício da vigilância e da cidadania.

Considerando os procedimentos metodológicos, quanto à natureza a presente pesquisa classifica-se como básica, e tendo como abordagem qualitativa, utilizou o procedimento de coleta por meio da abordagem documental, foram coletados os dados nos sites de cada prefeitura, através do link de acesso ao Portal da Transparência, a pesquisa delimitou-se no método da análise descritiva, cujo foco foi resumir e organizar a informação relevante de uma massa de dados a partir de um conjunto de medidas e a partir dessa análise, verificar se há regularidade ou padrão nas observações de cada município com a conformidade legal exigida.

Foram consultados em *sites* de 07 (sete) municípios com população superior a cinquenta mil habitantes no Estado de Rondônia: Cacoal, Porto Velho, Rolim de Moura, Jaru, Vilhena, Ariquemes e Ji-Paraná; e a coleta de dados foi realizada no período de 2011 a 2014, portanto, utilizando-se dados documentais dos 04 (quatro) últimos anos (2011, 2012, 2013 e 2014).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Segundo Paludo (2012, p. 20) “a administração compreende todo o aparato existente (estrutura e recursos; órgãos e agente; serviços e atividades) à disposição dos governos para a realização de seus objetivos políticos e do objetivo maior e primordial do Estado: a promoção do bem comum da coletividade”.

Analisando a administração pública em seus aspectos funcional e organizacional verifica-se que ela representa o conjunto de órgãos e entes estatais que produzem serviços, bens e utilidades para a população, organizando e auxiliando essas instituições no exercício de suas funções. Em síntese é atividade que o Estado desenvolve por meio de seus órgãos, para a consecução do interesse público (MEDAUAR, 2000).

Para Pestana (2008), a tripartição de poderes possibilita ao Estado se organizar e distribuir os exercícios das funções, agrupando-as em legislativas, judiciárias e executivas cada uma com seu próprio predomínio. A administração pública pode ser vista sobre duas

visões: de forma objetiva que refere-se a função administrativa em si, a qual é de competência do poder Executivo; sobre a visão subjetiva corresponde ao conjunto de pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos que tem por objetivos os exercício da função administrativa.

A administração pública está diretamente relacionada com o serviço público, pois a execução deste é feita de forma exclusiva por ela, por considerar indispensável a sua existência e seu funcionamento (KOHAMA, 2013).

A gestão pública está pautada no princípio da legalidade, no qual a diretriz básica de todo o gestor é de que somente é possível fazer o que existe previsão em lei. Nesse sentido, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, tem por objetivo fortalecer os principais eixos da administração pública (Slomski *et al*, 2008), precedida pela Constituição Federal (CF) 1988, que em seu art. 37, se manifesta da seguinte maneira “Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (BRASIL, 2014)

O campo de atuação da Administração Pública, conforme designado pela organização da execução dos serviços, compreende o órgãos da administração direta ou centralizada e os da administração indireta ou descentralizada.

Mukai (2008, p. 40) define administração pública direta como “o conjunto de órgãos vinculados a um dos entes da federação (União, Estados, Municípios ou Distrito Federal) que desempenha atividade administrativa”. A administração direta é aquela que integra as pessoas jurídicas dos órgãos a que pertencem: “Administração direta ou centralizada é aquela que se encontra integrada e ligada, na estrutura organizacional, diretamente ao chefe do Poder Executivo” (KOHAMA 2003, p. 34). Ainda de acordo com Kohama (2013) pode-se identificar que no topo mais alto da administração direta encontra-se o poder Executivo que dirige todos os serviços.

Quando a administração não é suficiente para a realização de todas as suas tarefas, recorre-se a sua descentralização, que significa a passagem da gestão de atividade pública para uma entidade pública ou privada diferente da pessoa jurídica política ou dos órgãos vinculados que a integram. (MUKAI, 2008). Definindo assim administração indireta por realização de serviços públicos através de entidades criadas pelo Estado, para tais desempenhos. Conforme Paludo (2012, p. 30):

As entidades da Administração indireta exercem de forma descentralizada as atividades administrativas ou exploram atividade econômica, e encontram-se vinculadas aos órgãos da Administração direta (ao Ministério correspondente). Em regra, quando prestam serviços públicos ou de interesse público são denominados

autarquias ou fundações; quando exploram a atividade econômica referem-se às empresas públicas e sociedades de economia mista.

Do exposto, pode-se concluir que a governança pública não é só um modelo de administrar baseado em colaboração interna do governo e deste com a sociedade, mais também apoiado em valores de transparência e de *accountability* (OLIVEIRA, 2011).

2.2 CONTABILIDADE PÚBLICA

De acordo com Iudícibus (2000, p. 23) o objetivo básico da contabilidade pode ser resumido em “Fornecimento de informações econômicas para os vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais”.

A Contabilidade está aplicada a entidades de vários segmentos, ou seja, às empresas do setor público ou privado (MARION, 2006). Quando aplicada às entidades públicas, denomina-se Contabilidade Pública e tem como objeto de estudo o patrimônio das entidades públicas. Kohama (2013, p. 25) afirma que:

Contabilidade pública é um dos ramos mais complexos da ciência contábil e tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios e respectivas autarquias, através de metodologia especialmente concebida para tal.

A Contabilidade Pública aplica na administração pública, as técnicas de registros e apurações contábeis em harmonia com as normas gerais do Direito Financeiro (ANGÉLLICO, 1994).

Conforme a Resolução CFC Nº. 1.128/08, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público aplica no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público, e seu objetivo é fornecer aos usuários informações sobre os resultados apoiando o processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social (BRASIL, 2014).

Diante disto a Contabilidade Pública pode ser definida como o ramo da Contabilidade que controla e demonstra o Patrimônio Público bem como suas variações, decorrentes dos atos e fatos que ocorrem na administração Pública através da execução orçamentária. A aplicação da Contabilidade na Gestão Pública objetiva fornecer informações úteis, à Administração, para que os seus gestores possam tomar decisões corretas quanto à aplicação dos recursos públicos; aos órgãos de controle interno e externo, assegurando que as leis estão sendo cumpridas, bem como o acompanhamento e fiscalização dos planos orçamentários; e,

por fim, possibilitar a participação da população na elaboração dos compromissos orçamentários dos gestores públicos (ANDRADE, 2007).

O principal objetivo da Contabilidade relacionado à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) consiste em estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparências e a responsabilização como premissas básicas (ALVES, 2008).

De acordo Filho (2008, p. 134) “Acrescenta-se um outro objetivo, que é a contabilidade pública como instrumento de transparência para o controle social, possibilitando a participação da população”.

2.3 ACCOUNTABILITY PÚBLICA

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, afirma, em seu art. 15: “a sociedade tem o direito de pedir conta a todo agente público de sua administração” (ACQUAVIVA, 2010 p. 46). Essa noção de prestação de contas, ou *accountability*, é um dos pressupostos de um Estado de Direito (BARBOSA, 2007).

Não há, no entanto, um termo na língua portuguesa que exprima a verdadeira tradução da ideia de *accountability*. Para Lira e colaboradores (2003, p. 70): “o conceito de *accountability*, próprio do sistema anglo-saxão, entra nas discussões a respeito do controle social e se refere ao dever da Administração Pública de prestar contas perante a sociedade, bem como ao direito da sociedade de controlar a ação do governo.”.

A *accountability* se classifica em pública e privada. O conceito de *accountability* no setor público está ligado à necessidade dos gestores prestarem contas e demonstrarem como estão realizando os gastos públicos e se estão ou não sendo alcançados e satisfeitos os desejos da sociedade (CARLOS, 2008). A *accountability* privada é a obrigação do administrador de prestar contas ao dono do patrimônio de como utiliza os recursos que lhe foi confiado para gerir. (ARAÚJO, 2004).

De acordo com Cruz *et al* (2012) “uma gestão pública transparente vai além da divulgação dos instrumentos de transparência fiscal, mas estende-se à concretização do conceito de *accountability*, quando possibilita que os cidadãos acompanhem e participem efetivamente dos atos da administração pública que causam impactos em toda a sociedade.” A transparência é abordada de forma destacada na Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo Slomski *et. al.* (2008) o art. 48 determina como objetos de promoção de transparência os

planos (PCA), orçamentos e lei de diretrizes orçamentárias (LO), as prestações de contas e seus pareceres, o relatório da execução orçamentária (RREO) e o da gestão fiscal (RGF)

Segundo afirma Carlos (2008, p.04) *accountability* sobre concepção de transparência, “o cidadão que considerar insatisfatória a gestão do administrador público pode requerer que as autoridades fiscalizadoras adotem providências para que haja a disponibilização de informação atinente às contas públicas.”

Conforme Speck (2001) os agentes públicos devem ser responsabilizados por suas atividades, por seus atos e prestar contas de suas ações aos cidadãos ou a outras instituições, compondo assim uma característica fundamental dos sistemas democráticos, nos quais, os mecanismos de controle necessários se situam em duas esferas interdependentes de ação: os mecanismos de *accountability* verticais - da sociedade em relação ao Estado - e os de *accountability* horizontais, isto é, de um setor a outro da esfera pública.

De acordo Paludo (2012, p. 144) “O *accountability* legal é o que decorre das normas jurídicas vigentes. Na literatura a menção a três tipos de *accountability*: o horizontal e o vertical estabelecidos por Guillermo O’Donnel, e o societal”.

“A *accountability* vertical tem caráter político e pode ser considerado um mecanismo de soberania popular, incidindo sobre os atos dos políticos e demais agentes públicos. Os principais instrumentos são o voto e a ação popular” (PALUDO, 2012 p. 144). Está ligada aos mecanismos institucionais acessíveis aos cidadãos para que eles exerçam o controle e monitoramento das ações do governo (VALENTE, 2004).

De acordo com Cenevita (2006) a *accountability* vertical relaciona-se a dimensão eleitoral, o que significa premiar ou punir um governante nas eleições. Essa dimensão requer a existência de liberdade de opinião assim como de diversos mecanismos que permitam tanto reivindicar demandas diversas como denunciar certos atos das autoridades públicas.

Já a *accountability* horizontal envolve a “existência de agências e instituições estatais possuidoras de poder legal e de fato para realizar ações que vão desde a supervisão de rotina até sanções legais contra atos delituosos de seus congêneres do Estado (ANTUNES; SANCHES, 2001)”.

A *accountability* horizontal, para ser efetiva, depende de uma rede de agências que reforçam e garantam resultados concretos, com punição das ações ilícitas: “A *accountability* horizontal efetiva não é o produto de agências isoladas mas de *redes de agências* que têm em seu cume, porque é ali que o sistema constitucional “se fecha” mediante decisões últimas, tribunais (incluindo os mais elevados) comprometidos com essa *accountability*” (O’DONNEL, 1998).

Accountability societal amplia significativamente o conceito de *accountability* vertical incluindo nesta dimensão as diversas ações que podem ocorrer não só no processo eleitoral, mais entre os processos, com a utilização de ferramentas institucionais, com a participação da sociedade, por meio de associações, movimentos sociais e mídia, com o objetivo de tornar mais transparente os atos do governo, expondo seus erros, trazendo novas questões para a agenda pública ou influenciando decisões políticas a serem implementadas pelos órgãos públicos (MALAFAIA, 2011).

Para a efetivação da *accountability* societal o princípio da transparência é fundamental, pois com uma maior disponibilização de informações de forma clara e fidedigna torna o cidadão mais apto a fazer suas escolhas políticas, aumentando a *accountability* dos governos e reduzindo, em contrapartida, os índices de corrupção (VIEIRA, 2005).

A *accountability* não pode só se restringir a troca dos controles formais pela fiscalização direta da sociedade, nem tão pouco limitar-se dar publicidade aos atos do governo e ao final do exercício prestar contas em veículos oficiais de comunicação, demonstrando assim que estão em dia com as exigências legais, mais sim fazer a integração de todos os meios de controle, formais e informais, aliada a uma maior publicidade dos atos de gestão, passando a exibir suas contas não somente uma vez ao ano e em linguagem puramente técnica, mas sim constantemente e por meio de demonstrativos inteligíveis e acessíveis ao cidadão capacitando mais o número de pessoas capazes de controlar as ações públicas (Corbari, 2004).

2.4 TRANSPARÊNCIA E PUBLICIDADE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA GESTÃO PÚBLICA

Conforme destaca Garcia (2011, p. 26) “A Carta Magna de 1988, em seu art. 37, trata dos princípios da Administração Pública, dentre os quais se destacam o Princípio da Publicidade, do qual decorre, implicitamente, o Princípio da Transparência.” Ainda de acordo com Garcia (2011) a transparência prevista na LRF integra-se com as modificações estruturais introduzidas pela Emenda Constitucional nº 19/1998, que dispôs sobre a reforma administrativa, fortalecendo o acesso do cidadão a informações das contas públicas, visando à prevenção dos riscos da má administração dos recursos públicos. Ressalta-se ainda que embora sejam complementares os princípios da publicidade e transparência possuem significados diferentes. Para Souto (2007, p. 37):

Ao que parece, por transparência se quer muito mais, lançando-se, aqui, a ideia de que o verdadeiro controle visível ou transparente se dá quando se revela a intimidade das autoridades investidas de poder, naquilo que se refere ao exercício deste poder. Em outras palavras, o exercício de uma função pública, voltado para o público, deve permitir seu constante acompanhamento, sem que o direito de intimidade, inegável aos indivíduos, especialmente contra o próprio Estado, possa ser alegado para afastar estes controles.

O Capítulo IX da LRF trata da transparência, do controle e da fiscalização das contas públicas. O art. 48 detalha os demonstrativos e os relatórios que deverão ser publicados, inclusive em meio eletrônico, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Dispõe o caput do referido artigo:

São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Machado (2011) define Relatório de Gestão Fiscal (RGF) como sendo o instrumento que possibilita assegurar a transparência dos gastos públicos e a consecução das metas fiscais contendo os limites estabelecidos na lei a ser encaminhado aos Tribunais de Contas e Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) como sendo o que trata dos assuntos pertinentes a receitas e despesas e conforme previsto na LRF deverá ser elaborado e publicado até 30 dias após o final de cada bimestre.

A Lei da Transparência que acrescentou dispositivos na Lei de Responsabilidade Fiscal, obrigando os municípios a divulgarem informações pormenorizadas e em tempo real sobre suas execuções orçamentárias e financeiras em meio eletrônico (BRASIL, 2009).

Gambarini, (2012) ressalta que é importante que se entenda que a transparência efetiva somente ocorre quando é feita de forma compreensível para todo o cidadão, com clareza, abertura e simplicidade; a efetiva transparência deve ir além da simples publicação de relatórios técnicos nos quais, nem sempre, as demonstrações das contas são esclarecedoras ao público.

A transparência objetiva permitir um controle social eficaz, indicando que o cidadão conhecendo a, situação das contas públicas terá mais condições de cobrar, exigir e fiscalizar. Com esse objetivo, a LRF estabelece alguns instrumentos importantes para incrementar o controle social (GARCIA, 2011).

Cruz et al (2001, p. 183) apresentam o entendimento dado à transparência na LRF da seguinte forma:

A transparência na gestão fiscal é tratada na Lei como um princípio de gestão, que tem por finalidade, entre outros aspectos, franquear ao público acesso a informações relativas às atividades financeiras do Estado e deflagrar, de forma clara e

previamente estabelecida, os procedimentos necessários à divulgação dessas informações.

Assim, a transparência indica a publicidade e a compreensibilidade das informações como princípio da gestão fiscal responsável. A publicidade está estabelecida como princípio no art. 37 da CF/88 e detalhada em seu §1º, conforme transcrito a seguir:

[...]

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Para Freire (2007, p. 23), “o princípio da publicidade exige a ampla divulgação dos atos praticados pela Administração, de forma a dar transparência a estes atos, ressalvadas as hipóteses nas quais a lei admite o sigilo.” Assim, o princípio da publicidade possibilita ao cidadão verificar a obediência, por parte de seus gestores, aos demais princípios constitucionais, já que a ampla divulgação deverá ser dada aos seus atos (SANTOS *et al*, 2012).

A publicidade é um princípio instrumental que permite ao cidadão controlar os atos administrativos. Refere-se à divulgação oficial dos atos administrativos, conferindo-lhes início de seus efeitos e a transparência necessária para o conhecimento público. Daí porque as leis, atos e contratos administrativos, que produzem consequências jurídicas fora dos órgãos que os emitem, exigem publicidade para adquirirem validade. É um dever da Administração Pública e, como regra geral, nenhum ato administrativo pode ser sigiloso. (SANTOS *et al*, 2012).

2.5 RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA- RREO E RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL - RGF

A LRF estabelece diretrizes para a elaboração, execução, avaliação e divulgação dos relatórios contábeis para o público em geral, o que a torna o instrumento de controle fiscal mais abrangente já instituído no país (GIUBERT, 2005). Assim a exigência de transparência recebeu um novo reforço no âmbito estatal brasileiro.

Segundo Gomide (2008) a transparência na elaboração e na execução do orçamento garante a divulgação dos procedimentos e resultados orçamentários para o público e, possivelmente, elimina a assimetria de informação que normalmente existe entre os governos e a sociedade. Por esta razão, estão sujeitos os poderes Executivo, Legislativo, inclusive tribunais de contas, e Judiciário, bem como o ministério público e os órgãos da administração

direta: fundos, autarquias, fundações e empresas estatais subordinadas perante à Lei de Responsabilidade Fiscal a publicarem seu Relatório da Gestão Fiscal - RGF e o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO (CARVALHO et al. 2014).

Segundo Culau; Fortis (2006), o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) é um importante instrumento de transparência fiscal instituído pela LRF. Esses autores destacam que o RREO deve ser elaborado e divulgado bimestralmente e deve ser acompanhado de demonstrativos que explicitem: a apuração da receita corrente líquida; as receitas e as despesas previdenciárias; os resultados nominal e primário; as despesas com juros; e os restos a pagar. O Art. 53 da LRF estabelece os seguintes demonstrativos relativos ao RREO que devem ser disponibilizados pelos gestores para acompanhamento da sociedade:

- I - apuração da receita corrente líquida, na forma definida no inciso IV do art. 2o, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício;
- II - receitas e despesas previdenciárias a que se refere o inciso IV do art. 50;
- III - resultados nominal e primário;
- IV - despesas com juros, na forma do inciso II do art. 4o;
- V - Restos a Pagar, detalhando, por Poder e órgão referido no art. 20, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar. (BRASIL, 2000).

Relatório Resumido da Execução Orçamentária fornece informações aos poderes e à sociedade sobre a execução orçamentária e sua provisão, servindo assim de instrumento de transparência na administração pública à medida que evidencia a sociedade informações relevantes sobre a arrecadação e os gastos governamentais, facilitando a atuação dos controles interno e externo (CARVALHO *et al.* 2014).

Segundo Marques (45454) o Relatório de Gestão Fiscal caracteriza-se com um instrumento que tem por finalidade acompanhar, fiscalizar e dar transparência às atividades financeiras do Estado. No RGF devem constar informações necessárias à verificação da conformidade, como os limites de que trata a LRF, das despesas com pessoal, das dívidas consolidada e mobiliária, da concessão de garantias, das operações de crédito e das despesas com juros. (NASCIMENTO e DEBUS 2002). Caso os valores ultrapassem os limites instituídos na legislação, o RGF deve indicar as medidas corretivas a serem adotadas (CULAU; FORTIS, 2006). Destaca-se que sua elaboração e divulgação é quadrimestral. O RGF é composto pelos seguintes demonstrativos conforme o Art. 55:

- I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes: a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas; b) dívidas consolidada e mobiliária; c) concessão de garantias; d) operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; e) despesas de que trata o inciso II do art. 4o;
- II - indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites;

- III - demonstrativos, no último quadrimestre: a) do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro; b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:
- 1) liquidadas;
 - 2) empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;
 - 3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;
 - 4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;
- c) do cumprimento do disposto no inciso II e na alínea b do inciso IV do art. 38.

Os poderes e órgãos definidos pela LRF deverão cada um, emitir o seu próprio RGF, abrangendo todas as informações necessárias à verificação da consecução das metas fiscais e dos limites que trata a lei. O relatório deverá conter, também, as medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites (CARVALHO *et al.* 2014).

A LRF determina que os relatórios devam ser publicados e disponibilizados ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder.

2.6 A DIVULGAÇÃO/ PRESTAÇÃO DE CONTAS EM MEIOS ELETRÔNICO

Na administração pública brasileira a publicidade está estabelecida como princípio no artigo 37 da CF de 1988, prevendo normas disciplinando a prestação de contas dos gestores públicos ao poder público e aos cidadãos, e com a publicação da Lei Complementar nº 101/2000 a exigência de transparência recebeu um reforço no âmbito estatal brasileiro, pressupondo assim a publicidade e a compreensibilidade das informações como itens de uma gestão fiscal responsável (NETO, CRUZ e VIEIRA, 2006).

De acordo com LRF quanto a forma de divulgação deve ser dada ampla divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, inclusive por meio eletrônicos de acesso público como a *internet*.

A *internet* vem conquistando gradualmente a atenção dos políticos e administradores brasileiros e são evidentes as mudanças que sua rápida disseminação produz também na administração pública. Ainda assim quando comparado com os países desenvolvidos, o padrão de desenvolvimento econômico, tecnológico e político da *internet* o Brasil encontra-se com algumas peculiaridades (CEPIK, 2001). A *internet* permite a comunicação, em tempo real, entre diversas pessoas e seu conteúdo informativo de alta diversidade a torna um dos principais meios de comunicação da atualidade (BARBOSA, 2009).

Diante da necessidade de transparência, controle e fiscalização dos bens e contas públicas, os mecanismos criados pela LRF para o alcance desses objetivos, são dispositivos

com redação própria ao que deve ser publicado, sendo eles os instrumentos de transparência na gestão fiscal, divulgação dos planos, dos orçamentos, das prestações de contas e o respectivo parecer prévio, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal e das versões simplificadas desses documentos, bem como a execução das despesas e realização das receitas, com um padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo poder executivo (SILVA; NASCIMENTO; FERREIRA, 2013).

A Lei da Transparência veio orientar que a publicação de informações sobre a execução orçamentaria e financeira em tempo real à sociedade, tornando concreto e eficaz o controle social sobre as contas públicas, visa garantir a população o cumprimento dos direitos assegurados na constituição (RAUPP; PINHO, 2012).

Para aos municípios, o prazo para cumprimento das obrigações impostas pela Lei Complementar nº 131/2009 iniciou em maio de 2009 e foi estabelecido de acordo com o número de habitantes, conforme figura 1.

Prazo	Nº de Habitantes
1 (um) ano	Mais de 100.000 (cem mil)
2 (dois) anos	Entre 50.000 (cinquenta mil e 100.000 (cem mil)
4 (quatro) anos	Até 50.000 (cinquenta mil)

Figura 1: Prazo versus número de habitantes.

Fonte: Adaptado da LC 131/09 (BRASIL, 2009).

Com a normatização evidenciou-se a preocupação em garantir o cumprimento do que determina a norma em todos os seus aspectos, ficando claro, conforme disposto na LC 131/2009, o ente que não disponibilizar as informações no prazo estabelecido fica impedido de receber transferências voluntárias, que de acordo com a STN (2014) são:

[...] recursos financeiros repassados pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios em decorrência da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos similares cuja finalidade é a realização de obras e/ou serviços de interesse comum e coincidente às três esferas do Governo.

A *internet* coloca à disposição do público uma quantidade grande de informações por um preço cada vez mais baixo, a disponibilização eletrônica de todas as informações públicas retira do funcionário público a obrigação de decidir muitas vezes de forma voluntária sobre a liberação das informações e reduzindo assim a possibilidade de corrupção. Deixando claro assim que a crescente utilização da *internet* não garante maior transparência e *accountability*, porém representa ferramenta valiosa para um governo bem intencionado (CEPIK, 2001).

3 METODOLOGIA

3.1 DADOS SOBRE OS MUNICÍPIOS PESQUISADOS

Conforme Censo 2010 (IBGE, 2015), o Estado de Rondônia possui 52 (cinquenta e dois municípios), no entanto presente pesquisa delimitou sua realização a 07 (sete) municípios, sendo eles: Cacoal, Porto Velho, Rolim de Moura, Vilhena, Jaru, Ariquemes e Ji-Paraná; os quais possuem população superior a cinquenta mil habitantes.

Pois, conforme disposto no art. 63 da LRF é facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes a divulgação do Relatório de Gestão Fiscal e os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, portanto, interessando ao atendimento dos objetivos da pesquisa somente os preconizados no parágrafo anterior.

Sendo assim necessário que os municípios possuam *site* próprio na *internet*, tornando-se esse o primeiro aspecto verificado durante a pesquisa foi a existência da extensão de endereços eletrônicos.

Quanto aos objetivos delineou-se uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, exploratória pois teve como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, tendo em vista torná-lo mais explícito ou para construir hipóteses. Enquadra-se como descritiva, pois a pesquisa preocupou-se em observar os fatos, registra-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, sem interfere neles.

A pesquisa exploratória e descritiva proporcionou à pesquisadora uma maior familiaridade com o problema com vista a torná-lo mais explícito de forma a descrever todos os procedimentos realizados no trabalho em estudo, bem como os resultados da pesquisa.

A abordagem foi qualitativa, pois, a análise dos dados salienta que as inferências assumem caráter reflexivo acerca dos desdobramentos e relevância dos resultados encontrados. Com base no entendimento proposto pelo referencial bibliográfico utilizado como orientação para construção deste estudo é que são pautadas as inferências feitas acerca dos resultados dispostos na pesquisa.

Quanto aos procedimentos, inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, para compreender melhor os aspectos relacionados a proposta de estudo, estruturando a fundamentação teórica que constituiu o referencial da pesquisa dividido em: A administração pública: conceitos e princípios; Contabilidade pública; *Accountability* Pública; Transparência e publicidade e sua contribuição para gestão pública; Relatório Resumido de

Execução Orçamentária - RREO e Relatório da Gestão Fiscal - RGF; A divulgação/ prestação de contas em meios eletrônico.

O segundo passo foi à investigação nos sites das prefeituras teve o objetivo de levantar: se os relatórios resumidos da execução orçamentaria e o relatório de gestão fiscal estão sendo apresentados pelas prefeituras na *internet* como forma de transparência da gestão municipal. Seguindo pela coleta e organizações dos dados e análises.

A coleta refere-se a publicações dos Relatórios da Gestão Fiscal (RGF) e Relatório Resumido de Execução Orçamentaria (RREO) em atendimento à legislação imposta pela Lei De Responsabilidade Fiscal, no período dos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014.

Foram coletados dados nos *sites* oficiais dos municípios objetos da pesquisa, conforme evidenciado na figura 2:

Município	População	Extensão do código do <i>site</i> na <i>internet</i>
Cacoal	78.574	http://www.cacoal.ro.gov.br/
Porto Velho	428.527	http://www.portovelho.ro.gov.br/
Rolim de Moura	50.648	http://rolimdemoura.ro.gov.br/
Jaru	52005	http://www.jaru.ro.gov.br/
Vilhena	76.202	http://www.vilhena.ro.gov.br/
Ariquemes	90.353	http://www.ariquemes.ro.gov.br/
Ji-Paraná	116.610	http://www.ji-parana.ro.gov.br/

Figura 2: População e endereços eletrônicos dos Municípios

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Observa-se que os sete municípios pesquisados possuem página na rede internacional de computadores identificada com a extensão apropriada de “ro.gov.br”, vinculada ao Governo do Estado de Rondônia e que em todos os sites foram encontrados os *links* do portal da transparência em suas *homepages*, porem em alguns foi encontrado dificuldades na sua identificação e acesso.

Contemplada a análise da informação da existência dos *sites* de cada município, inferiu-se que há aqueles que publicam os Relatórios da Gestão Fiscal e Relatório Resumido de Execução Orçamentaria em atendimento à legislação imposta pela Lei De Responsabilidade Fiscal e outros que não publicam.

O método de pesquisa utilizado junto aos sites dos municípios foi o método de levantamento, conforme o conceito de Fonseca (2002) este tipo de pesquisa é utilizado em estudos exploratórios e descritivos, o levantamento pode ser de dois tipos: levantamento de uma amostra ou levantamento de uma população, o que viabilizou a obtenção de conhecimento direto da realidade. Teve como parâmetro a estratégia de pesquisa limitada ao estudo de municípios com portais mantidos na internet, efetuando inicialmente um

levantamento de quais prefeituras possuíam site na internet, para que os endereços eletrônicos e as informações encontradas fossem catalogados (organizados) em uma planilha eletrônica (Excel).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As respectivas análises da pesquisa sobre a publicação dos demonstrativos contidos nos Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF) durante o período correspondente de 2011 a 2014, em atendimento às obrigações impostas pela LRF. Os resultados apresentados foram resultantes de informações coletadas através do link de acesso ao Portal da Transparência disponível no site oficial de cada um dos municípios, referente a presença dos demonstrativos exigidos em cada um dos relatórios, em seguida organizados em tabelas para assim realizar um comparativo quanto a publicidade de cada município resultando assim na discussão em relação a transparência dos mesmos. Nas figuras 3 e 4 são evidenciados os relatórios e municípios que realizaram ou não sua publicação conforme dispositivos da LRF.

		Demonstrativos- RGF	Municípios						
2011	1º Quadrimestre		1	2	3	4	5	6	7
		Despesa com Pessoal	-	-	-	-	X	-	-
		Dívida consolidada	-	-	-	-	X	-	-
		Concessão de garantias e contragarantias	-	-	-	-	X	-	-
		Operações de crédito	-	-	-	-	X	-	-
		Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	-	-	-	-	X	-	-
	2º Quadrimestre	Despesa com Pessoal	-	-	-	-	X	-	-
		Dívida consolidada	-	-	-	-	X	-	-
		Concessão de garantias e contragarantias	-	-	-	-	X	-	-
		Operações de crédito	-	-	-	-	X	-	-
		Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	-	-	-	-	X	-	-
	3º Quadrimestre	Despesa com Pessoal	-	-	-	-	X	-	-
		Dívida consolidada	-	-	-	-	X	-	-
		Concessão de garantias e contragarantias	-	-	-	-	X	-	-
		Operações de crédito	-	-	-	-	X	-	-
		Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	-	-	-	-	X	-	-

Figura 3 : Relatório De Gestão Fiscal, Quadrimestral , Ano de 2011.

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Legenda : 1- Ariquemes; 2- Cacoal; 3- Jaru; 4- Ji-Paraná; 5- Porto-Velho; 6- Rolim de Moura; 7- Vilhena

No que se refere ao cumprimento da legislação referente a publicação do Relatório de Gestão Fiscal evidenciado na figura 3 no ano de 2011 apenas o município de Porto Velho tem disponível no *site* oficial do município, apesar de ser obrigatória a publicação para os

municípios em questão desde de o ano de 2011 pois os mesmos conforme o censo do IBGE desde o ano de 2010 já possuíam população superior a cinquenta mil habitantes, vez que o artigo 51 da LRF prevê impedimento ao recebimento de transferências voluntárias àqueles que deixarem de dar ampla publicidade a estes relatórios:

“§ 2º O descumprimento dos prazos previstos neste artigo impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.” (BRASIL,2000).

A transparência tornou-se um dos pilares da Administração Pública, sua importância na ordem orçamentária tem sido visualizada para efeito de indicação de confiabilidade da máquina estatal, bem como para a demonstração de uma administração honesta, com enfoque na fiscalização e na gestão responsável comprometida com os resultados divulgados por meio do RGF e do RREO.

Municípios	Bimestres					
	1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ariquemes	3	3	3	3	3	3
Cacoal	3	3	3	3	3	3
Jaru	3	3	3	3	3	3
Ji-Paraná	2	2	3	3	3	2
Porto-Velho	1	1	1	1	1	1
Rolim de Moura	3	3	3	3	3	3
Vilhena	3	3	3	3	3	3

Figura 4 : Classificação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária 2011

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Legenda:

- (1) dados que são disponibilizados e atendem na íntegra ao dispositivo legal
- (2) dados que atendem parcialmente ao dispositivo legal
- (3) dados que não atendem ao dispositivo legal

O mesmo pode ser observado na figura 4 que demonstra a publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária no ano de 2011 somente no *site* do município de Porto Velho consta o referido Relatório publicado ao longo dos bimestres.

Segundo Culau; Fortis (2006), o RREO é um importante instrumento de transparência fiscal instituído pela LRF, pois trata-se de um conjunto de demonstrativos que fornece informações ao executivo, legislativo e à sociedade sobre a execução orçamentária e sua provisão, servindo com isso de instrumento de transparência na administração pública, facilitando a atuação dos controles interno e externo. Na figura 5 e figura 6, referentes ao ano de 2012, pode ser observado uma evolução no tocante aos demonstrativos publicados.

Durante o ano de 2012 pode-se observar na figura 5 uma maior incidência de publicação do Relatório de Gestão Fiscal nos três quadrimestres, deixando só os municípios de Jaru, Rolim de Moura e Vilhena de publicar. Os dados também indicam que enquanto publicado o Relatório de Gestão Fiscal um dos demonstrativos, mais encontrado foi o Demonstrativo da Despesa com Pessoal que é um demonstrativo que a cada ano ganha mais ênfase na sociedade.

Conforme Cruz (2007, p. 21), “As despesas com pessoal são as que mais despertam a atenção da população e dos gestores públicos, em razão de serem as mais representativas em quase todos os entes públicos, entre os gastos realizados”. O relatório demonstra os gastos com pessoal, separando-os entre pessoal ativo e inativo; considerando as despesas com pessoal como principal gasto corrente dos entes da federação, o controle tempestivo (quadrimestral), exercido por meio d RGF, é condição para o alcance e manutenção do equilíbrio fiscal das contas do governo.

		Demonstrativos- RGF	Municípios						
2012	1º Quadrimestre		1	2	3	4	5	6	7
		Despesa com Pessoal	X	X	-	X	X	-	-
		Dívida consolidada	X	X	-	X	X	-	-
		Concessão de garantias e contragarantias	X	X	-	X	X	-	-
		Operações de crédito	X	X	-	X	X	-	-
		Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	X	X	-	X	X	-	-
	2º Quadrimestre	Despesa com Pessoal	X	X	-	-	X	-	-
		Dívida consolidada	X	X	-	-	X	-	-
		Concessão de garantias e contragarantias	X	X	-	-	X	-	-
		Operações de crédito	X	X	-	-	X	-	-
		Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	X	X	-	-	X	-	-
		Despesa com Pessoal	X	X	-	-	X	-	-
	3º Quadrimestre	Dívida consolidada	X	X	-	-	X	-	-
		Concessão de garantias e contragarantias	X	-	-	-	X	-	-
		Operações de crédito	X	-	-	-	X	-	-
		Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	X	X	-	-	X	-	-

Figura 5: Relatório De Gestão Fiscal, Quadrimestral, Ano de 2012.

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Legenda: 1-Ariquemes; 2- Cacoal; 3- Jaru; 4- Ji-Paraná; 5- Porto-Velho; 6- Rolim de Moura; 7- Vilhena.

Na figura 6 pode-se observar que os municípios de Cacoal, Ji-Paraná, Porto Velho e Vilhena foram encontrados os demonstrativos atendendo quase que totalmente ao dispositivo legal imposto pela LRF, porem durante o levantamento de dados percebe-se ainda a inexistência de informações de extrema importância como os Demonstrativos: das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, das Receitas Impostos Líquidos e das Despesas com Saúde, apesar de constar seus *links* dentro do Relatório, mais quando tentado o acesso ao clicar no *link* não se tem acesso ao demonstrativo. Por meio da pesquisa

também se identificou no município de Cacoal publicações como o Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital sem nenhum valor monetário.

Municípios	Bimestre					
	1°	2°	3°	4°	5°	6°
Ariquemes	3	3	3	3	3	3
Cacoal	1	3	1	2	1	1
Jaru	3	3	3	3	3	3
Ji-Paraná	1	1	1	3	3	3
Porto-Velho	1	1	1	1	1	1
Rolim de Moura	3	3	3	3	3	3
Vilhena	1	1	1	1	1	1

Figura 6: Classificação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária 2012

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Legenda:

- (1) dados que são disponibilizados e atendem na íntegra ao dispositivo legal
- (2) dados que atendem parcialmente ao dispositivo legal
- (3) dados que não atendem ao dispositivo legal

É possível constatar através da figura 7 a evolução da publicação do Relatório de Gestão Fiscal no ano de 2013, contudo a incidência de demonstrativos não publicados ainda pode ser identificada, o não encontro de tais demonstrativos completos, bem como a redução verificada de publicação em outros, preocupa por impossibilitar a análise da gestão pública, uma vez que o objetivo da publicidade dos relatórios é permitir que, cada vez mais, a sociedade, conheça, acompanhe e analise o desempenho da execução orçamentária do governo.

		Demonstrativos- RGF	Municípios						
			1	2	3	4	5	6	7
2013	1º Quadrimestre	Despesa com Pessoal	X	X	-	X	X	-	-
		Dívida consolidada	X	X	-	X	X	-	-
		Concessão de garantias e contragarantias	X	X	-	X	X	-	-
		Operações de crédito	X	X	-	X	X	-	-
		Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	-	X	X	X	X	-	-
	2º Quadrimestre	Despesa com Pessoal	X	X	-	X	X	-	-
		Dívida consolidada	X	X	-	X	X	-	-
		Concessão de garantias e contragarantias	X	X	-	X	X	-	-
		Operações de crédito	-	X	-	X	X	-	-
		Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	X	X	X	X	X	-	-
	3º Quadrimestre	Despesa com Pessoal	X	X	-	X	X	-	-
		Dívida consolidada	X	X	-	X	X	-	-
		Concessão de garantias e contragarantias	X	X	-	X	X	-	-
		Operações de crédito	X	X	-	X	X	-	-
		Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	X	X	X	X	X	-	-

Figura 7: Relatório De Gestão Fiscal, Quadrimestral, Ano de 2013

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Legenda: 1-Ariquemes; 2- Cacoal; 3- Jaru; 4- Ji-Paraná; 5- Porto-Velho; 6- Rolim de Moura; 7- Vilhena.

A figura 8 mostra que apenas os municípios Jaru e Rolim de Moura não se encontra publicado no ano de 2013 nenhum demonstrativo do Relatório Resumido da Execução

Orçamentaria. No município de Vilhena foram encontrados somente nos primeiro e segundo bimestre dados que atendiam na íntegra ao dispositivo legal.

Municípios	Bimestre					
	1°	2°	3°	4°	5°	6°
Ariquemes	1	1	1	1	1	1
Cacoal	1	1	1	1	1	1
Jaru	3	3	3	3	3	1
Ji-Paraná	1	1	1	1	1	1
Porto-Velho	1	1	1	1	1	1
Rolim de Moura	3	3	3	3	3	3
Vilhena	1	1	3	3	3	3

Figura 8: Classificação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária em 2013

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Legenda:

- (1) dados que são disponibilizados e atendem na íntegra ao dispositivo legal
- (2) dados que atendem parcialmente ao dispositivo legal
- (3) dados que não atendem ao dispositivo legal

Tal fato, mesmo em desacordo com a transparência proposta pela LRF, que de acordo com Lima (2003, p. 204) a transparência é um princípio básico dos atos do serviço público e no tocante ao orçamento público torna-se obrigatória sua observação. Nesse contexto ensina a autora, que “o conteúdo orçamentário deve ser divulgado por meio dos veículos oficiais de comunicação, para conhecimento público e para a eficácia de sua validade”.

		Demonstrativos- RGF	Municípios						
2014	1° Quadrimestre		1	2	3	4	5	6	7
		Despesa com Pessoal	X	X	X	X	X	X	-
		Dívida consolidada	X	X	X	X	X	X	-
		Concessão de garantias e contragarantias	X	X	X	X	X	X	-
		Operações de crédito	X	X	X	X	X	X	-
		Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	X	X	X	X	X	X	-
	2° Quadrimestre	Despesa com Pessoal	X	X	X	X	X	X	-
		Dívida consolidada	X	X	X	X	X	X	-
		Concessão de garantias e contragarantias	X	X	X	X	X	X	-
		Operações de crédito	X	X	X	X	X	X	-
		Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	X	X	X	X	X	X	-
	3° Quadrimestre	Despesa com Pessoal	-	X	X	X	X	X	-
		Dívida consolidada	-	X	X	X	X	X	-
		Concessão de garantias e contragarantias	-	X	X	X	X	X	-
		Operações de crédito	-	X	X	X	X	X	-
		Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	-	X	X	X	X	X	-

Figura 9: Relatório De Gestão Fiscal, Quadrimestral, Ano de 2014.

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Legenda: 1-Ariquemes; 2- Cacoal; 3- Jaru; 4- Ji-Paraná; 5- Porto-Velho; 6- Rolim de Moura; 7- Vilhena.

No ano de 2014 demonstrado na figura 9, não há disponível no *site* oficial do município de Vilhena a publicação do Relatório de Gestão Fiscal em nenhum dos quadrimestres ao

longo do ano e referente ao município de Ariquemes não consta os demonstrativos no terceiro quadrimestre, nos municípios de Cacoal, Jaru, Ji-Paraná, Porto-Velho, Rolim de Moura as ausências apontadas ao longo dos anos de 2011 a 2014, sinalizaram redução ao longo do período, tendo em 2014 todos os quadrimestres publicados.

Municípios	Bimestre					
	1°	2°	3°	4°	5°	6°
Ariquemes	1	1	1	1	1	3
Cacoal	1	1	1	1	1	1
Jaru	3	1	1	1	1	1
Ji-Paraná	1	1	1	1	1	1
Porto-Velho	1	1	1	1	1	1
Rolim de Moura	1	1	1	1	1	1
Vilhena	3	3	3	3	3	3

Figura 10: Classificação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária em 2014

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Legenda:

- (1) dados que são disponibilizados e atendem na íntegra ao dispositivo legal
- (2) dados que atendem parcialmente ao dispositivo legal
- (3) dados que não atendem ao dispositivo legal

De acordo com Keunecke *et al* (2011) , é de se esperar maior transparência nas contas públicas por parte dos gestores, uma vez que se podem encontrar maiores mecanismos de controle social por meio dos cidadãos e organismos sociais organizados. Diante desse contexto pode-se observar que o município de Porto Velho sendo o mais populoso do Estado de Rondônia (428.527hab.) de acordo com o Censo de 2010 é o município que publicou todos os demonstrativos tanto na figura 10 quanto nas demais presentes na pesquisa, também é possível constatar evolução da publicação dos Demonstrativos dos demais municípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme preconiza a legislação brasileira a transparência é considerada um princípio da gestão fiscal responsável, inserido a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, ligado ao princípio constitucional da publicidade. Conforme a bibliografia analisada e a legislação correlata é notório que o poder público de todos os níveis de governo deve divulgar informações fiscais e promover a transparência, utilizando a tecnologia para fomentar o acesso por parte do cidadão e de toda a sociedade ou de quaisquer interessados, inclusive, de fora da cidade, aos dados e informações, visando facilitar o devido controle social e promoção da cidadania.

A *accountability* no setor público está ligado à necessidade dos gestores prestarem contas e demonstrarem como estão realizando os gastos públicos e se estão ou não sendo alcançados e satisfeitos os desejos da sociedade. A Lei de Responsabilidade Fiscal engloba o planejamento governamental, o equilíbrio fiscal, o controle do endividamento público e a transparência como os quatro pilares básicos da lei. A transparência assegura a divulgação original e simplificada do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal.

A publicidade de dados na *internet* revela a disposição dos gestores municipais de promover a evidenciação dos dados e das informações contábeis, como estratégias de divulgação das contas públicas, no sentido de orientar usuários e demais cidadãos quanto aos resultados dos serviços públicos.

A pesquisa realizada junto aos *sites* da *internet* dos 7 municípios mais populosos do Estado de Rondônia revelou que todos estes possuem endereço em página vinculada à extensão “ro.gov.br”. Contudo, observou-se que a evolução da transparência fiscal nos sete municípios pesquisados do estado de Rondônia é baixa e lenta e faltam ações efetivas por parte do governo municipal para atender as necessidades de informação ao cidadão.

Os resultados mostram que ainda é insatisfatório o número de demonstrativos disponibilizados em meio eletrônico para a consulta da população, pelo fato de não se encontrarem na íntegra os demonstrativos exigidos e conforme demonstrado verificou-se ainda que alguns demonstrativos como os demonstrativos das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e das Receitas Impostos Líquidos e das Despesas com Saúde não foram encontrados em nenhum momento da pesquisa, num total descumprimento da Lei, descumprimento esse que implica aos municípios sanções pessoais e institucionais, a exemplo estará impedido de receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.

Recomenda-se aos gestores municipais mesmo que não obrigados pela lei por possuírem população inferior a cinquenta mil habitantes a criarem ou aperfeiçoarem seus portais eletrônicos, tornar o acesso e a identificação das informações mais compreensível e divulgar os relatórios e informações exigidas por lei para proporcionar o controle social dos cidadãos, pois *accountability* sobre concepção de transparência evidencia que se o cidadão considerar insatisfatória a gestão do administrador público pode requerer que as autoridades fiscalizadoras adotem providências para que haja a disponibilização de informação atinente às contas públicas. Propõe-se como sugestões para estudos futuros que sejam realizados

pesquisas nas mais diferentes regiões do Estado e Rondônia, tendo em vista que a presente análise se limitou a 7 municípios do Estado, e também que se verifique a publicidade dos demais demonstrativos que legalmente tem sua publicidade obrigatória e não somente os aqui pesquisados e o motivo pelo qual grande parte dos demonstrativos continuam não sendo publicados. Verificar quem são os responsáveis por alimentar esse sistema de dados relacionados a transparência e qual a perspectiva deles acerca disso.

REFERÊNCIAS

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Teoria Geral do Estado**. 3ª Edição, Barueri, São Paulo, Manolo, 2010.

ALVES, Elerson Leandro. **Lei de Responsabilidade Fiscal e o Planejamento na Administração Pública Municipal**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/K207428.pdf> Acesso em: 20 nov. 2014.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. **Introdução à auditoria operacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ASSUMPÇÃO, Márcio José. **Contabilidade Pública**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012.
BARBOSA, Elizabete. **Interactividade: a grande promessa do jornalismo on-line**. Universidade do Minho. 2009. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 18 nov. 2014.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 16 out. 2014.

_____. Lei Complementar n.101, de 4 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm> Acessado em: 10 de Maio de 2015.

CARLOS, Flávio Alves. **Uma discussão sobre a criação de indicadores de Transparência na gestão pública federal como suporte ao ciclo da política pública**. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro, v.13, n.2, maio/ago, 2008. Disponível em:<<http://www.publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5544/4032>> Acesso em: 18 out. 2014.

CENEVIVA, Ricardo. **Accountability: novos fatos e novos argumentos – uma revisão da**

literatura recente. Disponível em:

<<http://blogs.estadao.com.br/publicos/files/2012/03/ricardoceneviva.pdf>> Acesso em 13 nov p. 5.

CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº. 1.128, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.1 – Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/cfc/1128_2008.htm>

CRUZ, Cláudia Ferreira *et al.* **Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros.** Rev. Adm.

Pública vol.46 no.1 Rio de Janeiro Jan./Feb. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122012000100008&script=sci_arttext>

Acesso em: 18 de out. 2014.

CRUZ, Flávio da et al. **Lei de responsabilidade fiscal comentada: Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CRUZ, F. **A influência da limitação das despesas com pessoal na gestão pública municipal e um perfil comportamental dos municípios catarinenses.** Revista Pensa Contábil do Conselho Regional de Contabilidade, Rio de Janeiro v.13, ago/out. 2007.

CULAU, A. A.; FORTIS, M. F. A. **Transparência e controle social na administração pública brasileira: avaliação das principais inovações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.** XI Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Ciudad de Guatemala, 7 – 10, nov. 2006.

EVANGELISTA, Lúcio. **Controle social versus transparência pública: uma questão de cidadania.** Artigo (especialização em orçamento público) Brasília-DF. 2010

<<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2053966.PDF>> Acesso em 30 set. 2014.

FIGUEIREDO, Dionattan Coutrin. **Renúncia de Receita na Lei de Responsabilidade Fiscal.** Monografia (graduação em direito). Fesurv-Universidade de Rio Verde, 2005.

Disponível em:

<http://www.integrawebsites.com.br/versao_1/arquivos/35f081df0759613d0d7ef1821b4bb484.pdf> Acesso em: 29 set.2014.

FILHO, João Eudes Bezerra. **Contabilidade Pública: Teoria, técnica de elaboração de balanço e questões.** 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Elias Sampaio. **Direito Administrativo: teoria, jurisprudência e 1000 questões.** 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

GARCIA, Alice Maria Costa Botelho. **A transparência na gestão pública da Câmara dos Deputados sob a égide da legislação brasileira.** Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados Brasília, 2011. Disponível em:

<<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/6884>> Acesso em 29 de out. 2014 p. 26.

GIUBERTI, A.; C. **Lei de Responsabilidade Fiscal: efeitos sobre o gasto com pessoal dos municípios brasileiros**. ENANPEC, 2005.

GOMIDE ,Pedro Lúcio Rodrigues. *Et al.* **Evidenciação contábil nos municípios mineiros: atendimento ao artigo 48 da lei de responsabilidade fiscal**. Congresso brasileiro de contabilidade,2008.

HAIR JR, Joseph F.*et al.* **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. – Porto Alegre: Bookman, 2005.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=11&search=rondonia>>. Acesso em: 30 set. 2014.

IUDICIBUS, Sergio de **Teoria da contabilidade**. 6.ed.São Paulo: Atlas, 2000.

KEUNECKE , Lucas Peter. TELES, João. FLACH Leonardo. **Práticas de Accountability: uma análise do índice de transpa- rência nos municípios mais populosos de Santa Catarina**. Revista contemporânea de contabilidade Florianópolis, v.8, nº16, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2011v8n16p153>> Acesso em: 19 set. 2014.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. – 13. ed. – São Paulo: Atlas, 2013.

LIMA, Diana Vaz de. **Contabilidade Pública**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIRA, Ana Magda de Azevedo. **A educação corporativa aplicada ao tribunal de contas da união como estímulo ao controle social**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2054432.PDF>> Acesso em: 18 out. 2014.

MACHADO ,Weslaine Lúcia. **LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: relatório de gestão fiscal como ferramenta de controle dos gastos com pessoal na Prefeitura Municipal de Matozinhos**. Sete Lagoas- MG, 2011. Disponível em: <<http://www.unifemm.edu.br/PtVista/arq/Lei%20de%20Responsabilidade%20Fiscal%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%20Fiscal%20como%20ferramenta%20de%20controle%20dos%20gastos%20com%20pessoal%20na%20Prefeitura%20.pdf>> Acesso em: 27 nov. 2014.

MALAFIA, Fernando César Benevenuto. **Controle social e controle externo podem interagir?: avaliação as práticas do TCE-TO no estímulo à participação cidadã**. Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.2011. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10184/1422898.pdf?sequence=1>> Acesso em: 16 nov. 2014.

MATIAS-Pereira, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo moderno: de acordo com a EC 19/98**. 4.ed ver., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revita dos Tribunais, 2000.

MUKAI, Toshio – **Direito Administrativo Sistematizado**. 2º edição- São Paulo: Quartier Latin, 2008.

O'DONNELL, Guillermo. **Accountability horizontal e novas poliarquias**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, CEDEC, n. 44, p. 27-103, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451998000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 nov. 2014.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. **Administração pública para concursos**. Curitiba, PR: IESDE, 2011.

PESTANA, Marcio. **Direito administrativo brasileiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho**. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAUPP, Fabiano Maury; PINHO, José Antonio Gomes de. **Prestação de Contas nos Portais Eletrônicos de Assembleias Legislativas: um Estudo Após a Lei de Acesso a Informações Públicas**. Anpad 2012. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2012/2012_EnAPG25.pdf> Acesso em 18 nov. 2014.

SANTOS, Izequias **Estevam dos**. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 5. ed. Ver., atual. e ampl. – Niterói, RJ : Impetus, 2005.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. 2.ed. São Paulo : Atlas, 2006.

SLOMSKI, V. et. al. **Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública**. São Paulo, Atlas, 2008.

SLOMSKI, Valmor, *et al.* **Governança corporativa e governança pública**. São Paulo: Atlas, 2008.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal de acordo com a lei de responsabilidade fiscal**. 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

SOUTO, Marcos Juruena Vilela. **Transparência na Administração Pública**. Revista do TCM-RJ, Rio de Janeiro, nº 35, 2007. Disponível em: <<http://www.tcm.rj.gov.br/WEB/Site/noticias.aspx?Categoria=32>>. Acesso em: 14 out. 2014.

STN. SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Transferências Voluntárias**. Disponível em: < http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_voluntarias.asp >. Acesso em: 16 de out. 2014.

TOLENTINO, M. A *et al.* **Lei de responsabilidade fiscal: dificuldades e benefícios da implementação e operacionalização na microrregião de bocaiúva.** UNIMONTES

CIENTÍFICA. Montes Claros, v.3, n.3, jun./2002. Disponível em:

<<http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/viewFile/41/39>>. Acesso em 25 nov. 2014.

VALENTE, Ana Paula de Moraes Amorin. **Transparência e opacidade: o SIAFI no acesso à informação orçamentária.** São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: FUMEC, 2004. p 124.

VIEIRA, Jorge Blascoviski. **Estado, sociedade civil e accountability.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 605-626, jun. 2005. Disponível em:

<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2095/2477>> Acesso em: 16 nov. 2014.